

ETNOGRAFIA, MODO DE CONHECER- ENTRE A ANTROPOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Tania Dauster

Professora Emérita da PUC-RIO

Doutora em Antropologia Social/Museu/Nacional-UFRJ

e-mail: tdauster@edu.puc-rio.br

Construção de uma “interface” – entre a Antropologia e a Educação

A etnografia como modo de vida do pesquisador, como ofício do antropólogo, como forma de conhecer e pesquisar num universo distinto das Ciências Sociais, se constitui como o desafio que tenho como proposta profissional. Falo de um lugar específico, liminar, e neste momento tecerei algumas notas sobre o assunto. Escrevo imbuída de experiência e crença, e tomo como inspiração as palavras de Roberto Cardoso de Oliveira (p.17,1998), que assim se pronunciou: “a especificidade do trabalho antropológico... em nada é incompatível com o trabalho conduzido por colegas de outras disciplinas sociais, particularmente quando, no exercício de sua atividade, articulam a pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados”.

Se não, vejamos:

Este texto tem como objetivo retomar resumidamente as reflexões que tenho feito em outros artigos sobre as possíveis contribuições do olhar antropológico na pesquisa e na prática educacionais. Em momento distante (Brandão, Z. org. 1994), escrevi sobre o tema no contexto da discussão da relação entre a chamada crise dos paradigmas e a educação. Naquela ocasião, aponte para a importância do relativismo para o educador e ressaltei as tensões entre o singular e o universal que devem permear os horizontes do trabalho não só do antropólogo, mas, também, do educador. Mesmo considerando a crítica feita, em tempos anteriores, por autores tais como Soares (1991), Velho (1991) e Zaluar (1991), cujo foco principal é o relativismo, tentei abrir um espaço para essa questão no campo da educação como modo de problematização.

Embora consciente do debate atual sobre as possibilidades do fazer etnográfico no campo da educação, venho abordando esta perspectiva, buscando implantá-la como alternativa consistente no ensino e na prática da pesquisa no campo educacional. Trato de focar o ofício de antropólogos em diferentes trabalhos de campo, discuto as posições em torno do conceito de cultura e da “leitura” das relações sociais concretas, assim como acerca do significado delas emergente, através do contato e do mergulho na literatura do

campo antropológico. Sala de aula e pesquisa de campo misturam-se, necessariamente. As pesquisas devem estar ancoradas em perguntas e problemas elaborados em contato com a literatura antropológica.

Considero tal *démarche* enriquecedora para o pesquisador da educação, acreditando, paralelamente, que o professor, de maneira geral, lucra com o conhecimento da abordagem antropológica, ao “olhar” seu aluno com outras lentes, ou seja, analisando a heterogeneidade e a diversidade sociocultural e abandonando uma postura etnocêntrica que faz do “diferente” um inferior e da diferença uma “privação cultural”.

Assim sendo, as “interfaces” entre a Antropologia e a Educação vão sendo construídas com leituras, problematizações, no exercício do trabalho de campo, na observação participante, em busca de um conhecimento “de dentro”, na escuta das categorias sociais identificadas no ponto de vista do universo estudado, num modo de elaborar o diário de campo, numa conceituação de cultura, num modo de escrever e portanto numa forma de pensar. Entre alteridades, olhares, escutas, percepções das diferenças e significados, relativizações (ibid,1998), se forja a epistemologia de pesquisa etnográfica e se produzem “objetos” de pesquisa. A etnografia é mais que uma descrição, pois é fabricada também por uma cultura disciplinar e sua história com seus termos, valores, categorias, peculiaridades e idiosincrasias.

Como frutos da articulação entre a Antropologia e a Educação, surgiram pesquisas institucionais com equipes de formações distintas e, portanto interdisciplinares, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado, desde o final dos anos 1980.

Os trabalhos foram contextualizados no meio urbano e estão marcados pela ótica sintetizada nas palavras de Gilberto Velho (1980). Assumo assim uma linhagem que repercute no caminho adotado e é fio na fabricação dessa interdisciplinaridade.

A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências, e vivências específicas. Isto fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade provinda da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias. Sob uma perspectiva mais tradicional poder-se-ia mesmo dizer que é exatamente isto que permite ao antropólogo realizar investigações na sua própria cidade. Ou seja, há distâncias culturais nítidas internas no meio urbano em que vivemos, permitindo ao “nativo” fazer pesquisas antropológicas com grupos diferentes do seu, embora possam estar basicamente próximos (p.16).

A escolha dessa abordagem ocorreu também em função da necessidade de se buscar uma atitude de “estranhamento” pelo pesquisador em educação trabalhando na sua própria cidade, segundo a qual ele viesse a pensar outros sistemas de referências, ou

seja, outras formas de representar, definir, classificar e organizar a realidade e o cotidiano que não em seus próprios termos.

No que tange ao ensino e a pesquisa, ultrapassar estereótipos e buscar explicar as **diferenças culturais** e a **especificidade** de um determinado universo social são dimensões estudadas e que correspondem aos usos da Antropologia no campo da Educação.

Cultura – conceito emblemático da Antropologia

Tenho agora como objetivo focalizar brevemente o termo cultura a partir do enfoque antropológico, e busco, entre outros pontos, situá-lo, tendo em vista a questão dos valores e a sua relevância quando se quer entender o dilema constitutivo da Antropologia, que assim pode ser resumido: compreender a unidade biológica da espécie humana e a sua diversidade cultural, percebida através da pluralidade de costumes, atitudes, concepções, práticas, em suma, de múltiplos modos de vida.

Assim sendo, do contraste entre o um e o múltiplo, ou entre o mesmo e o “outro”, nasce a problemática da cultura, contribuição relevante da Antropologia na busca de interpretar as diferenças sociais e culturais entre os grupos humanos.

Cultura é termo polissêmico. Não se trata, contudo, de percebê-lo dentro da lógica do senso comum que dá margem a declarações sobre os grupos que diferem de nós, em tons que podemos identificar nas seguintes expressões: “eles não têm cultura, são selvagens, sem moral, têm costumes bárbaros”. Estas são afirmações que revelam posturas etnocêntricas.

Etnocentrismo. De que se trata?

Conforme a própria palavra revela, trata-se da centração nos próprios valores e na própria cultura ou etnia. Tal tendência, se bem que universal, é a lente que nos impede de olhar o “outro” na sua dignidade e positividade, é o que alimenta as ideologias sobre a carência cultural como explicações sobre os modos de vida alheios.

A primeira definição científica de cultura foi cunhada por E. Tylor em 1871 (apud. Laraia, 1986):

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (p.25).

Este conceito inaugural, investido da teoria evolucionista do século XIX, nos seus desdobramentos, enfatizava mais a unidade do que a diferença entre os grupamentos

humanos. Frisava, ainda, a idéia de que a cultura, enquanto artefato criado pelo homem, se distinguia da natureza.

Sem dúvida desde sempre, a visão antropológica, de forma generosa, abria-se para a compreensão dos modos de vida em todos os seus aspectos: as maneiras de comer; vestir; andar; as técnicas corporais, e as formas de nascer e morrer. Todas estas dimensões formam teias singulares que expressam os significados e as visões de mundo dos sujeitos nos seus contextos de existência.

Entretanto, esse conceito, pela sua própria força e disseminação, difundiu-se ao ponto do desgaste, razão pela qual, conforme anuncia Clifford Geertz, há necessidade de delimitá-lo (1978).

Antes de continuar preciso dizer neste ponto que me identifiquei com a postura desse autor, em que pese uma série de pontos polêmicos que são levantados sobre as suas posições.

Escolhendo o caminho da semiótica, Geertz vê o homem como um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, e a cultura, como essas teias (1978, p.15). Desenvolvendo seu pensamento, declara que a cultura é pública e que o comportamento humano é ação simbólica, pois tem significado (1978, p. 20). Por sua vez, o papel da cultura na vida humana, segundo o mesmo autor, aproxima-se da idéia de um “programa” ou “sistemas organizados de símbolos significantes que orientam a existência humana” (1978, p.58).

Mas, em tempos de globalização, como fica a discussão sobre a cultura?

De acordo com Geertz (1999), a diversidade cultural faz parte da sociedade complexa, considerando-se tanto os grupos étnicos como outras diferenças que podem ser examinadas, por exemplo, em função de geração, de gênero e de classe.

Geertz propõe a idéia de que o significado é socialmente construído. Confrontando o enigma da diversidade cultural e seus usos, ele indica que estamos hoje desafiados a pensar a diversidade por outra ótica. Por quê? No lugar de pensarmos em termos de espaços sociais e fronteiras bem delineadas, confrontamos um mundo com maneiras de viver distintas, que se misturam e se interpenetram tal qual uma **colagem**, cujas bordas são irregulares e moventes. Essa imagem, na sua riqueza, significa a nossa experiência urbana e cotidiana.

Para o antropólogo americano, vive-se, então, em uma imensa **colagem**, ou seja, em um mundo de texturas e símbolos variados e superpostos que pode ser percebido nas expressões da mídia, no acesso freqüente às linguagens outrora vistas como exóticas e distantes, na migração intensa de outras culinárias e gostos gastronômicos, assim como

no consumo de artigos de vestimenta e mobiliário de distintas e longínquas regiões. Temos acesso a essa experiência no dia a dia: a vivência em uma *colagem* e a cultura da mistura.

Como interpretar seus significados? Tal contexto, para ser entendido, demanda um exercício discriminatório constante, tendo em vista situar os elementos que configuram as colagens e suas intermediações. Requer a percepção das relações entre os elementos, as mediações, assim como seus sentidos identitários, mesmo que fluidos. Exige, portanto, um olhar descentrado, que estranha os estereótipos, buscando um ponto de vista em relação aos significados do “outro” nos seus próprios termos.

Em outras palavras, trata-se de situar os fenômenos na especificidade do social, o que significa *desnaturalizá-los*, ou seja, mostrar que entre outros fatores, as atitudes, os comportamentos e os gostos são socialmente construídos e nada têm de *naturais*, pois pertencem ao campo da cultura e das relações sujeito/sujeito e sujeito/*objeto*. Trata-se de buscar significados, sistemas simbólicos e de classificação, em uma postura antropológica, que pressupõe a quebra de visão dissimuladora da homogeneidade.

Outro aspecto merece atenção. Em suas análises, Velho (1981) alerta para o risco metodológico de ver segmentos sociais como se fossem unidades independentes, autocontidas e isoladas. Refletindo sobre o contexto urbano, o autor sinaliza para a heterogeneidade social que a noção de sociedade complexa comporta, lançando uma pergunta crucial: “Como localizar experiências suficientemente significativas para criar fronteiras simbólicas?” (ibid., p.16). Por outro lado, o que pode ser comunicado e partilhado, quais os valores, quais os limites das negociações simbólicas? (IBID, p.18 e 19). Tais perguntas são igualmente relevantes para a prática educacional.

Antropologia e Educação

Não se trata de uma área nova de trabalho, assim vale registrar, de forma sucinta, a contribuição de autores consagrados e outros desenvolvimentos na interface.

Nos anos 1930, a antropóloga americana Margareth Mead fez da educação objeto privilegiado da Antropologia no interior da escola Cultura e Personalidade. Sua obra clássica intitulada “Growing up in New Guinea”, buscava entender como valores, gestos, atitudes e crenças eram inculcadas nas crianças pelos adultos com o objetivo de formá-los para viver dentro de sua sociedade. A autora investigou tanto os modos de transmissão das gerações mais velhas para as mais novas, como a própria formação da personalidade e as formas de aprendizagem existentes (Bonte, P. & Izard, M., 1991).

Essa referência é particularmente importante uma vez que a antropóloga demonstrou, ao lado da dimensão científica, a preocupação pedagógica, buscando a partir de sua experiência etnográfica, influenciar as atitudes face às crianças e aos adolescentes no seu país, no sentido de uma menor repressão. A pesquisadora mostrou que a adolescência, com as características conhecidas por nós, é um fenômeno sociocultural e não uma questão fisiológica (Erny, P., 1982).

Esta abordagem revelava as especificidades culturais, travando um intenso diálogo com a psicologia e a psicanálise, tendo em vista sustentar a existência de “personalidades culturais”.

Outro enfoque localiza-se na vertente da Escola Sociológica Francesa. Pierre Bourdieu trabalha a noção de *habitus* tendo em vista o processo educativo, que por intermédio de sua teoria surge de forma dinâmica, como inculcação de disposições duráveis, matriz de percepções, juízos e ações que configuram uma “razão pedagógica”, ou seja, como lógica e estratégias que uma cultura desenvolve para transmitir os seus valores (Bonte, P. & Izard, M., 1991).

Estas breves notas têm o intuito de sinalizar alguns ângulos através dos quais as relações entre Antropologia e Educação podem ser dimensionadas.

Nos idos de 1954, Claude Lévi-Strauss, escrevendo sobre o lugar da Antropologia e problemas de seu ensino, teceu considerações sobre o projeto antropológico que, a meu ver, continuam relevantes, mesmo considerando-se as transformações histórico-teóricas no seu âmbito.

Ao definir o que é Antropologia, Lévi-Strauss explica que ela emerge de uma forma específica de colocar problemas, a partir do estudo das chamadas sociedades simples, tendo, no seu desenvolvimento, se voltado para a investigação das sociedades complexas, para entender a cultura e a vida social. Uma das vias para a construção deste conhecimento é a etnografia concebida como descrição, observação e trabalho de campo a partir de uma experiência pessoal. Segundo o autor, o antropólogo visa elaborar a ciência social do observado, a partir desse ponto de vista, ultrapassando suas próprias categorias. Construindo um conhecimento fundado na experiência etnográfica, na percepção do “outro” do ângulo das suas razões positivas e não da sua privação, buscando o sentido emergente das relações entre os sujeitos, ele estaria transpondo as suas próprias referências com aquelas do contexto observado.

Eis aí, resumidamente, um dos legados da Antropologia.

É esse outro olhar, essa forma alternativa de problematização dos fenômenos, que busco evocar a princípio ao usar a Etnografia no campo da Educação.

Como fazê-lo?

Não se trata de reduzir a etnografia a uma técnica, mas, sim, tratá-la como uma opção teórico-metodológica, o que já implica em conceber a prática e a descrição etnográficas ancoradas nas perguntas provenientes da teoria antropológica.

Segundo meu entendimento, Peirano (1995) mostra que não existe dissociação entre pesquisa teórica e empírica, sendo a história da disciplina ao mesmo tempo história e teoria, e as monografias, constitutivas do próprio desenvolvimento da disciplina e da teoria antropológica.

Vale relembrar que a postura de base antropológica visa o entendimento das diferenças culturais ou da alteridade a partir de um projeto universalista. Como diz a autora nesse mesmo ensaio, a Antropologia pretende não só o conhecimento contextualizado de cada universo cultural, mas nos seus horizontes universalistas, também supõe que o que se encontra em uma dada cultura estará em outra, embora de forma distinta.

Vista assim, a relação entre a Antropologia e o campo da Educação adquire contornos desafiantes. Como articular o projeto antropológico de conhecimento das diferenças com o projeto educacional de intervenção na realidade? (Novaes, R., 1992). Dado que a prática educacional é normativa e imbuída de um “dever ser” pedagógico e de um projeto de transformação, como o educador pode produzir conhecimentos descentrados e incorporar outras lógicas cognitivas? Como estabelecer a dúvida metódica sobre seus próprios valores e crenças tendo em vista o conhecimento do “outro” nos seus termos? Como introduzir a “antropo-lógica” em um contexto em que muitos alunos não têm informações sobre a disciplina, em que se vive outro clima acadêmico alimentado por outras intenções e significados? Quais as tensões, limites e possibilidades que emergem desta problemática?

Contudo, se existem distâncias entre as duas disciplinas, existem também proximidades, uma vez que ambas têm como objeto os modos de vida, os valores e as formas de socialização (Gusmão, N., 1997).

Portanto, é estimulante perceber que, se existem diferenças significativas de abordagens entre as duas disciplinas, existem, também, proximidades a serem encontradas, até porque ambas têm como solo as relações entre o indivíduo e a sociedade e tratam da existência humana.

Sobre o ensino

Diante desses dilemas, parece-me que o ensino de Antropologia na área de Educação deve permitir que o educador apreenda outras relações e posturas, mergulhando na literatura antropológica. Trata-se da aprendizagem outra “linguagem”, de outro código que possibilita elaborar outras dúvidas e perguntas acerca dos fenômenos tidos como educativos dentro e fora da escola. Desconstróem-se estereótipos (Velho, G., 1980) a partir do encontro com outro sistema de referências, buscando entender outra racionalidade nos seus termos.

Esta atitude de estranhamento visa, através da análise de relações sociais concretas, o questionamento de categorias teóricas e do senso comum para atingir um conhecimento mais complexo da realidade.

Passa-se, então, à des-naturalização dos fenômenos, mostrando como práticas, concepções e valores são socialmente construídos e, portanto, simbólicos. Quais as estratégias a serem usadas?

Segundo Clifford Geertz (1978), o entendimento do que é uma ciência passa pelo conhecimento de seu exercício. De acordo com esta orientação, tenho como proposta de ensino o trabalho intensivo sobre as práticas de investigação etnográfica, conhecendo diretamente autores e suas monografias, discutindo escolhas, trabalhando conceitos forjados no âmbito da disciplina, no contexto da obra dos autores, com particular destaque para as definições de cultura.

Abre-se relevante espaço para os debates contemporâneos sobre o estatuto da Antropologia como ciência, os limites dos pesquisadores na elaboração da interpretação, as questões relativas a “padrões e estilos de vida” na sociedade complexa e às relações entre cultura, a massificação da sociedade contemporânea e a relativização da globalização (Velho 1994). Acrescentem-se outras discussões sobre o trabalho de campo em uma perspectiva dialógica, investindo-se nas polêmicas sobre a descrição etnográfica.

Neste caminhar, além dos autores citados neste momento, trouxemos para a nossa cena textos de E. Durkheim, Marcel Mauss, B. Malinowski, G. Simmel, E. Goffman, H. Becker entre outros, dependendo de temáticas estudadas.

Tratando-se de uma iniciação à literatura antropológica, não existem pretensões de esgotar autores, mas de elaborar, no contexto da educação, problematizações inspiradas na Antropologia, fabricando outras versões sobre os fenômenos de interesse do educador, ou seja, gerando um saber de fronteira, um saber híbrido entre a Antropologia e a Educação.

Sobre a pesquisa e as orientações de teses e dissertações

Os trabalhos de pesquisa se passam no meio urbano, como foi mencionado, buscando a ótica da Antropologia das Sociedades Complexas. Gilberto Velho (1980) já mostrara como as grandes cidades são reveladoras da complexidade institucional e da heterogeneidade oriunda de diferentes tradições culturais ou religiosas e daquela proveniente do mundo do trabalho. Portanto, mesmo a partilha de patrimônios culturais extensivos, não afasta descontinuidades e diferenças emergentes de experiências sociais distintas. São estas distâncias que tornam possível a pesquisa na própria sociedade do observador.

O mesmo autor, prosseguindo em suas investigações, atribui especial relevo aos processos de construção da identidade, projeto e memória, por exemplo, tendo em vista a reflexão sobre as “sociedades complexas moderno-contemporâneas”, referenciando-se, sobretudo ao contexto brasileiro (Velho 1994). Segundo ainda Gilberto Velho (idem), não se trata, também, de distinguir as chamadas elites e as camadas populares, mas, sim, valorizar os aspectos dinâmicos e relacionais entre os mesmos. Então, desvendar as combinatórias e mediações entre os níveis diferentes de uma sociedade complexa é como diz o autor, tarefa contemporânea e significativa para a pesquisa histórico-sociológica.

Entre outras, estas são questões que vêm sendo debatidas no interior das pesquisas que faço e oriento.

Sabendo que o pesquisador é parte do problema que ele vai investigar, tenta-se compreender as próprias idiossincrasias e *pré-conceitos*. Situar o problema na especificidade do social significa mostrar que fatores como as atitudes, os comportamentos, os gostos, crenças, práticas e representações são fenômenos socialmente construídos e nada têm de *naturais*, pois pertencem ao campo da cultura e das relações sujeito/sujeito e sujeito/objeto. É ainda interpretar significados, sistemas simbólicos e de classificação, em uma postura antropológica, que pressupõe a quebra da visão dissimuladora da homogeneidade e dos estereótipos.

Os projetos de pesquisa foram marcados também pelo encontro com a obra de Roger Chartier, em outras palavras na interface com a História Cultural.

Com o apoio do CNPq e da FAPERJ pesquisei gestos íntimos e públicos, gostos, hábitos, práticas e representações de leitura e escrita em diferentes universos sociais. Foi-se instituindo através de sucessivas investigações um grupo de pesquisa que se auto-denominou GEALE (Grupo de Estudos de Antropologia da Leitura e da Escrita).

Nas trilhas desse programa de pesquisa, surgiam questionamentos, tais como: quais as relações entre leitura e modo de vida dos indivíduos? Quais significados tomam no cotidiano? Como os usuários praticam e representam a leitura e a escrita?

A escolha do campo empírico teve como focos a escola e a universidade como também ocorreram deslocamentos para outros espaços sociais, como redes de grafiteiros, cineastas, escritoras, enquanto permaneceram questões ligadas à formação e a educação num sentido amplo.

No que tange as atividades de orientação, alguns trabalhos vincularam-se às pesquisas institucionais através das temáticas já mencionadas.

Considerações finais: relações necessárias

Estas notas mostram que existe um processo de migração da Antropologia e da Etnografia para outras áreas fora das fronteiras das chamadas Ciências Sociais, no caso em pauta a Educação. Mesmo considerando-se as distâncias em termos de crenças, valores e atitudes entre estes dois campos disciplinares as mediações vêm se realizando nas suas margens.

Em suma, este texto resume reflexões sobre a prática etnográfica no campo da educação a partir da minha experiência de ensino e pesquisa.

Entendo que a apropriação de atitudes emblemáticas do campo antropológico pelos profissionais da educação é mais que pertinente e possibilita a construção de um saber híbrido ou de fronteira, além de um olhar mais complexo sobre os fenômenos educacionais.

Quais seriam estas atitudes? Reitero a produção de um conhecimento dos fenômenos educacionais a partir de observação participante e do “olhar” relativizador.

Sem querer transformar o educador em antropólogo, trata-se de convidar o educador a mergulhar em outro sistema de referências baseando-se na prática antropológica, buscando o ponto de vista do “outro” nos seus próprios termos. com tudo que esta expressão quer dizer.

Trata-se de estabelecer outra forma de problematização a partir da qual, por exemplo, o aluno não será percebido pela “ótica da privação cultural”, mas será encarado a partir de seu mundo e valores. Ademais, na pesquisa, busca-se outra construção do objeto e interpretações dos fenômenos ditos educacionais, dentro ou não das instituições educacionais a partir de outro código, apropriando-se de outras “linguagens”, conceitos e modos de “olhar, ouvir e escrever” vivenciados no trabalho do antropólogo (Cardoso de Oliveira, R. 1998).

Para terminar, desejo registrar uma contribuição para uma possível história da Pós-Graduação em Educação no Brasil.

O campo da Educação tem como marca a apropriação de outras disciplinas para montar a reflexão sobre seu próprio objeto, a saber, as práticas e os saberes docentes.

Até onde sei, a Antropologia foi incorporada a um projeto departamental, tanto na graduação como na Pós-Graduação, pela primeira vez no Brasil, pela PUC-Rio, no final dos anos 80, onde já estava instalada de forma consistente a pesquisa qualitativa educacional. Coube-me a oportunidade de abrir a área de Antropologia e Educação, através da mediação da Prof.^a Vera Candau, dentro do espírito pluralista e inquieto do Departamento de Educação.

Desde então, é crescente a demanda no campo da Educação pela disciplina antropológica, estreitando-se, assim, cada vez mais, os imprescindíveis laços entre os dois campos disciplinares e a cultura e a educação.

Referências Bibliográficas

BONTE, P. e IZARD, M. *Dictionnaire de l’Ethnologie et de L’Anthropologie*. Paris, PUF, 1991.

CARDOSO DE OLIVERIA, R. “O trabalho do antropólogo”, UNESP/Paralelo 15, São Paulo, 1998, cap.1.

DAUSTER, T. “Navegando contra a corrente? O educador, o antropólogo e o relativismo”. In BRANDÃO, Z. (org.) *A crise dos paradigmas e a Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Cultura e pobreza – um recorte antropológico*. Cadernos Educação. Rio de Janeiro: Depto de Educação da PUC-Rio, 2002. Mimeo.

_____. “Outro olhar” – entre a antropologia e a educação. In:Gusmão, Neusa (org.) *Antropologia e Educação – Interfaces do Ensino e da Pesquisa* –. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, 1997.

_____. *Construindo pontes – a prática etnográfica e o campo da educação*. In DAYRELL, Juarez (org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG Editora, 1996.

----- .(org.)Antropologia e Educação- um saber de fronteira. Edit. Forma & Ação. Rio de Janeiro.2007

DA MATTA, Roberto. *Ensaio de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocca, 1986.

- ERNY, P. *Etnologia da Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.
- _____. Os usos da diversidade in *Horizontes Antropológicos* n.º 10. Diversidade Cultural e Cidadania. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 1999.
- GUSMÃO, Neusa M. “Antropologia e Educação: origens de um diálogo”. In *Antropologia e Educação – Interfaces do Ensino e da Pesquisa*. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, 1997.
- LARAIA, R. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Biblioteca Tempo Universitário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- NOVAES, R. “Um olhar antropológico”. In NILDA Teves (org.) *Imaginário Social e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SOARES, L.E. “Faça a coisa certa – o rigor da indisciplina”. In: BOMENY, H. & BIRMAN, P. (orgs). *As assim chamadas Ciências Sociais, formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.
- VELHO, G. “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”. In VELHO, G. (coord.) *O desafio da cidade*. Novas perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- _____. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- VELHO, O. “Relativizando o Relativismo”. In: BOMENY, H. & BIRMAN, P. (orgs.) *As assim chamadas Ciências Sociais, formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.
- ZALUAR, A. *O relativismo cultural na cidade? Primeira versão*. Campinas: IFCH/Unicamp, n.º. 39, 1991.